



Copel Comercialização S.A.

CNPJ/MF 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	18
5 Clientes	19
6 Transações com Partes Relacionadas	19
7 Tributos	19
8 Investimentos	21
9 Obrigações Sociais e Trabalhistas	22
10 Benefícios Pós-Emprego	22
11 Patrimônio Líquido	27
12 Receita Operacional	28
13 Custos e despesas Operacionais	29
14 Resultado Financeiro	30
15 Instrumentos Financeiros	30
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Copel Comercialização S.A – Copel COM, subsidiária integral da Copel – Companhia Paranaense de Energia, referentes ao exercício de 2016.

O ano de 2016 foi marcado pela representativa migração de consumidores do Ambiente de Contratação Regulado – ACR para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, atribuída principalmente aos aumentos da tarifa no mercado regulado e à melhor hidrologia dos reservatórios tornando o mercado livre mais atrativo. A simplificação da medição, aprovada pela Aneel em dezembro de 2015 e que passou a vigorar a partir de fevereiro de 2016, também estimulou a migração de consumidores para o mercado livre, já que desobriga a instalação do medidor de retaguarda reduzindo assim os investimentos iniciais para adequação das instalações das unidades consumidoras.

Em meio a este ambiente promissor, com foco em novas oportunidades de negócio, foi estabelecida no mercado, a Copel Comercialização S.A. sob a insígnia Copel Energia, empresa que passa a atuar no mercado livre de compra e venda de energia e a prestação de serviços correlatos, com a atribuição de promover a retenção de consumidores potencialmente livres junto ao grupo Copel e prospectar novos clientes no âmbito nacional.

Com um time de especialistas sempre buscando produtos competitivos para nossos clientes, nossa proposta é a de que o cliente migre para o mercado livre obtendo vantagens econômicas, sem transtornos burocráticos e com o diferencial de continuar sendo atendido pela Copel. Procuramos surpreender com o melhor. O reconhecimento dos nossos clientes impulsionam a nossa energia.

Franklin Kelly Miguel

Diretor Presidente

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2016	2015	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	283.579	257.546	10,1
Caixa e equivalentes de caixa	190.668	4.347	4.286,2
Receita operacional bruta	6.856	-	-
Deduções da receita	618	-	-
Receita operacional líquida	6.238	-	-
Custos e despesas operacionais	19.089	6.123	211,8
Equivalência patrimonial	37.491	24.767	51,4
Resultado das atividades	(12.851)	(6.123)	109,9
EBITDA ou LAJIDA	24.641	18.644	32,2
Resultado financeiro	(69)	(603)	(88,6)
Lucro operacional	24.571	18.041	36,2
Lucro líquido do exercício	23.731	18.041	31,5
Patrimônio líquido	269.870	252.074	7,1
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	16,2	2,8	469,9
Liquidez geral (índice)	14,7	2,7	445,8
Participação de capital de terceiros (%)	4,8	2,1	127,5
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	9,4	7,9	19,2

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

DESEMPENHO OPERACIONAL

O portfólio de produtos da Copel Energia contempla a compra e venda de energia elétrica, serviços de consultoria no processo de migração para o mercado livre e serviços especializados de gestão das ações junto ao mercado livre de energia.

A empresa encerrou 2016, ano de sua criação, com 30 megawatts-médios de energia vendida, prevendo para 2017 um volume dez vezes maior.

O portfólio de clientes da Copel Energia apresenta um mix de clientes dos diversos segmentos da economia.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente VAGA EM ABERTO
Secretário Executivo FRANKLIN KELLY MIGUEL
Membro GILBERTO MENDES FERNANDES

CONSELHO FISCAL

Presidente VAGA EM ABERTO
Membros Titulares GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
NELSON LEAL JUNIOR
Membros Suplentes OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente FRANKLIN KELLY MIGUEL
Diretor de Finanças LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais CRISTIANO HOTZ
Diretor Adjunto HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6 NANCY ATENALIA ALVES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	190.668	4.347
Títulos e valores mobiliários		1.156	-
Clientes	5	2.175	-
Dividendos a receber	6	5.123	9.067
Outros créditos		256	23
Imposto de renda e contribuição social	7.1	2.180	1.291
Outros tributos a recuperar	7.2	283	-
		201.841	14.728
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		68	39
		68	39
Investimentos	8	81.526	242.652
Imobilizado		59	-
Intangível		85	127
		81.738	242.818
TOTAL DO ATIVO		283.579	257.546

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.535	537
Partes relacionadas	6	541	135
Fornecedores		3.120	154
Obrigações fiscais	7.2	470	527
Dividendos a pagar	6	6.763	3.815
Benefícios pós-emprego	10	7	3
Outras contas a pagar		2	1
		12.438	5.172
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais	7.2	71	43
Benefícios pós-emprego	10	1.200	257
		1.271	300
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	234.289	232.789
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.000	1.500
Ajustes de avaliação patrimonial	11.2	(915)	8.905
Reserva legal	11.3	1.856	669
Reserva de retenção de lucros	11.3	32.640	8.115
Dividendo adicional proposto	11.4	-	96
		269.870	252.074
TOTAL DO PASSIVO		283.579	257.546

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	6.238	-
Custos Operacionais	13	(12.763)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(6.525)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(6.326)	(6.123)
Resultado da equivalência patrimonial	8.1	37.491	24.767
		31.165	18.644
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		24.640	18.644
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		1.183	450
Despesas financeiras		(1.252)	(1.053)
		(69)	(603)
LUCRO OPERACIONAL		24.571	18.041
Imposto de renda e contribuição social	7.3	(840)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.731	18.041

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.731	18.041
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais	11.2		
benefícios pós-emprego		(701)	(245)
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		(375)	494
Total de outros resultados abrangentes		(1.076)	249
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		22.655	18.290

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015		231.089	1.700	249	-	-	-	(4.656)	228.382
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.041	18.041
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos atuariais	11.2	-	-	8.656	-	-	-	-	8.656
Resultado abrangente total do exercício		-	-	8.656	-	-	-	18.041	26.697
Recebimento de adiantamento		-	1.500	-	-	-	-	-	1.500
Aumento de capital		1.700	(1.700)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	669	-	-	(669)	-
Juros sobre o capital próprio	11.4	-	-	-	-	-	96	(4.601)	(4.505)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	8.115	-	(8.115)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		232.789	1.500	8.905	669	8.115	96	-	252.074
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	23.731	23.731
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos atuariais	11.2	-	-	(1.076)	-	-	-	-	(1.076)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(1.076)	-	-	-	23.731	22.655
Realização de ganhos atuariais	11.2	-	-	(8.744)	-	8.744	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Recebimento de adiantamento		-	2.000	-	-	-	-	-	2.000
Aumento de capital		1.500	(1.500)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	1.187	-	-	(1.187)	-
Dividendos	11.4	-	-	-	-	-	-	(6.763)	(6.763)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	15.781	-	(15.781)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		234.289	2.000	(915)	1.856	32.640	-	-	269.870

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		23.731	18.041
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Resultado da equivalência patrimonial	8.1	(37.491)	(24.767)
Imposto de renda e contribuição social	7.3	840	-
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	10.4	245	47
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	10.4	168	397
Depreciação		1	-
Resultado das baixas de intangível		42	-
		(12.464)	(6.282)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	5	(2.175)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		127.203	9.804
Depósitos judiciais		(29)	(20)
Outros créditos		(233)	6
Imposto de renda e contribuição social		(889)	(722)
Outros tributos a recuperar		(283)	-
Despesas antecipadas		-	17
		123.594	9.085
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		998	(46)
Partes relacionadas		406	-
Fornecedores		2.966	100
Outras obrigações fiscais		(29)	(451)
Benefícios pós-emprego	10.4	(167)	(398)
Outras contas a pagar		1	(141)
		4.175	(936)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		115.305	1.867
Imposto de renda e contribuição social pagos		(840)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		114.465	1.867
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(1.156)	-
Redução de capital em investidas	8.1	74.983	-
Aquisições de imobilizado		(60)	-
Aquisições de intangível		-	(127)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		73.767	(127)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de obrigações com partes relacionadas		-	1.500
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		2.000	-
Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas		-	(653)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.911)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.911)	847
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		186.321	2.587
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	4.347	1.760
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	190.668	4.347
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		186.321	2.587

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2016	31.12.2015
Receitas	6.856	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	9.119	
Material, insumos e serviços de terceiros	1.921	927
Outros insumos	193	34
	11.233	961
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.377)	(961)
(-) Depreciação e amortização	1	-
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(4.378)	(961)
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	1.183	450
Resultado de participações societárias	37.491	24.767
	38.674	25.217
	34.296	24.256

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	4.906		3.362	
Planos previdenciário e assistencial	858		407	
Auxílio alimentação e educação	264		178	
Encargos sociais - FGTS	338		252	
Participação nos lucros e/ou resultados	120		113	
	6.486	18,9	4.312	17,8
Governo				
Federal	3.889		1.868	
Estadual	3		-	
Municipal	7		-	
	3.899	11,4	1.868	7,7
Terceiros				
Juros	2		9	
Arrendamentos e aluguéis	178		26	
	180	0,5	35	0,1
Acionistas				
Lucros retidos	16.968		4.601	
Remuneração do capital próprio	-		13.440	
Dividendos	6.763		-	
	23.731	69,2	18.041	74,4
	34.296	100,0	24.256	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20.03.2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e na NE 3.2 - Instrumentos Financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 15 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.4 - Redução ao valor de recuperável de ativos;
- NE nº 3.5 Receita não faturada e
- NE nº 9 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.2.3 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo.

Os ganhos ou as perdas líquidos são reconhecidos no resultado e incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.4 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.5 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.5 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia.

3.6 Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. Não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.7.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

3.7.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.7.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.7.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.7.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.7.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará em suas demonstrações financeiras.

3.7.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

3.7.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;
- ii) alterações à IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e
- iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não teve um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	1.557	92
Aplicações financeiras de liquidez imediata	189.111	4.255
	190.668	4.347

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	31.12.2016
Consumidores	
Industrial	773
Comercial	1.370
	2.143
Concessionárias e permissionárias	
Suprimento de energia elétrica - CCEE	32
	32
	2.175

Os valores a receber de clientes estão dentro dos prazos contratuais, vencidos.

6 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante		
Empreendimento controlado em conjunto - Dominó Holdings - dividendos a receber	5.123	9.067
Passivo circulante		
Controladora - Copel - compartilhamento de despesas	541	135
- dividendos a pagar	6.763	-

Em 2016, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, R\$ 1.353 (R\$ 1.358, em 2015), encargos sociais, R\$ 370 (R\$ 380, em 2015), outros gastos, R\$ 16 (R\$ 20, em 2015), e com planos previdenciário e assistencial, R\$ 151 (R\$ 77, em 2015), conforme NEs nºs 13.1 e 10.3.

Em 2016, dos totais pagos aos Administradores, os valores de R\$ 153, na NE nº 13.1, e R\$ 13, na NE nº 10.3, referiram-se a serviços de pessoal-chave prestados pela Controladora, conforme contrato de compartilhamento de custos, assinados entre as partes.

7 Tributos

7.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	3.020	1.981
IR e CSLL a compensar com IRRF sobre JSCP	(840)	(690)
	2.180	1.291

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2016 e 2015 não foram reconhecidos ativos e passivos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

7.2 Outros tributos

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a compensar	283	-
	283	-
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	466	526
IRRF sobre JSCP	-	690
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	-	(690)
Outros tributos	4	1
	470	527
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	71	43
	71	43

(a) Mandado de segurança no qual a Companhia contesta a incidência de contribuição do Senai sobre determinadas verbas trabalhistas. Os valores contestados vêm sendo depositados judicialmente.

7.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	24.571	18.041
IRPJ e CSLL (34%)	(8.354)	(6.134)
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	8.157	4.794
Juros sobre o capital próprio	-	1.564
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(377)	(224)
Outros	(266)	-
IRPJ e CSLL correntes	(840)	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva - %	3,4%	0,0%

8 Investimentos

A Companhia participa com 49% do capital social do empreendimento controlado em conjunto Dominó Holdings S.A., com sede na cidade de Curitiba/PR e com a atividade principal de participação em sociedades de saneamento básico.

8.1 Mutações do investimento

Em 1º.12.2015	224.907
Equivalência patrimonial	24.767
Ajuste de avaliação patrimonial	8.625
Juros sobre capital próprio	(15.647)
Em 31.12.2015	242.652
Equivalência patrimonial	37.491
Ajuste de avaliação patrimonial	(375)
Redução de capital	(74.983)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(123.259)
Em 31.12.2016	81.526

8.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado do empreendimento controlado em conjunto

Dominó Holdings S.A. (a)	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO	180.049	516.611
Ativo circulante	24.725	19.250
Caixa e equivalentes de caixa	5.340	2.852
Outros ativos circulantes	19.385	16.398
Ativo não circulante	155.324	497.361
PASSIVO	180.049	516.611
Passivo circulante	13.669	21.401
Patrimônio líquido	166.380	495.210
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Custos e despesas operacionais	(969)	(955)
Resultado financeiro	(24.062)	(22.942)
Equivalência patrimonial	101.543	74.444
Lucro do exercício	76.512	50.547
Outros resultados abrangentes	(9.669)	17.601
Resultado abrangente total	66.843	68.148

(a) Saldos ajustados às práticas contábeis da Companhia.

8.3 Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

A Dominó Holdings, controlada em conjunto da Copel Comercialização, solicitou à Sanepar a conversão de 41.000.000 de ações ordinárias, de emissão da Sanepar e de propriedade da Dominó Holdings, em igual número de ações preferenciais.

Em 24.11.2016, foi efetivada a referida conversão de ações e a Dominó Holdings, que detinha 24,6747%, passou a deter 9,6702% das ações ordinárias de emissão da Sanepar. Em decorrência desse evento, o Acordo de Acionistas, celebrado entre o Estado do Paraná e a Dominó Holdings, foi automaticamente extinto, retirando da Dominó Holdings a influência significativa sobre seu investimento na Sanepar, que deixou de ser classificado como coligada e passou a ser considerado um ativo financeiro disponível para venda.

9 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	427	168
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	220	67
	647	235
Obrigações trabalhistas		
Férias	768	189
Participação nos lucros e/ou resultados	120	113
	888	302
	1.535	537

10 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário Unificado e Plano Previdenciário III) e de assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do plano assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

10.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

10.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

10.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Plano assistencial	3	-
Plano assistencial	1.204	260
	1.207	260
	Circulante	7
	Não circulante	1.200
		3
		257

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Plano previdenciário (CV)	322	182
Plano previdenciário (CV) - administradores	137	67
Plano assistencial - pós-emprego	245	69
Plano assistencial - funcionários ativos	140	79
Plano assistencial - administradores	14	10
	858	407

10.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.12.2015	-	245	245
Apropriação do cálculo atuarial	-	47	47
Contribuições previdenciárias e assistenciais	397	-	397
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(31)	(31)
Transferências	4	(4)	-
Amortizações	(398)	-	(398)
Em 31.12.2015	3	257	260
Apropriação do cálculo atuarial	-	245	245
Contribuições previdenciárias e assistenciais	168	-	168
Ajuste referente a ganhos atuariais	-	701	701
Transferências	3	(3)	-
Amortizações	(167)	-	(167)
Em 31.12.2016	7	1.200	1.207

10.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

10.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2016 e 2015, estão demonstradas a seguir:

	2016		2015	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,15%	-	6,80%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	5,89%	11,34%	7,29%	14,59%
Planos de benefício assistencial	5,88%	11,33%	7,26%	14,55%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,25%	2,00%	8,94%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		A. VINDAS		A. VINDAS

10.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CV
Em 31.12.2016		
Participantes aposentados	15,62	23,75
Participantes pensionistas	16,59	28,89
Em 31.12.2015		
Participantes aposentados	15,62	25,68
Participantes pensionistas	16,64	28,65

10.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2016 totalizaram um superávit do plano de R\$ 62, enquanto que, em 31.12.2015, a posição era de R\$ 52, resumidas abaixo:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações total ou parcialmente cobertas	1.913	1.464	3.377	597
Valor justo dos ativos do plano	(1.975)	(260)	(2.235)	(389)
Estado de cobertura do plano	(62)	1.204	1.142	208
Ativo não reconhecido	62	-	62	52
	-	1.204	1.204	260

A Companhia procedeu ajustes no seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2016, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 701, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

10.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2015	771	286
Custo de serviço	-	16
Custo dos juros	92	36
(Ganhos) / perdas atuariais	(598)	(6)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2015	265	332
Custo de serviço	-	199
Custo dos juros	39	53
Benefícios pagos	(140)	(3)
(Ganhos) / perdas atuariais	1.749	883
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2016	1.913	1.464

10.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2015	803	41
Retorno esperado dos ativos	104	5
Ganhos / (perdas) atuariais	(590)	26
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2015	317	72
Retorno esperado dos ativos	45	6
Contribuições e aportes	9	-
Benefícios pagos	(140)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	1.744	182
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2016	1.975	260

10.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2017, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2017
Custo do serviço corrente	-	33	33
Custo estimado dos juros	218	166	384
Rendimento esperado do ativo do plano	(219)	(29)	(248)
Contribuições estimadas dos empregados	-	-	-
Custos (receitas)	(1)	170	169

10.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(6)	7
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(270)	152
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	96	(96)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	16	(16)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(1)	1

10.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados a seguir:

	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2017	145	-	145
2018	435	21	455
2019	446	23	469
2020	558	28	586
2021	655	32	688
2022 a 2056	13.692	606	14.298

10.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2016 e a alocação-meta para 2017, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2017	2016
Renda fixa	87,5%	90,8%
Renda variável	4,6%	5,7%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Imóveis	1,9%	1,7%
Investimentos estruturados	4,8%	0,6%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado (BD)		Plano III (CV)	
	meta (%)(*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	92,0%	86,0%	79,7%	61,3%
Renda variável	2,0%	1,0%	9,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,4%	1,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,1%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	7,9%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R\$ 234.289 (R\$ 232.789 em 31.12.2015) e é composto por 234.288.933 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

11.2 Mutações do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.12.2015	249
Ajustes referentes a passivos atuariais:	
Benefícios pós-emprego	31
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos	8.625
Em 31.12.2015	8.905
Benefícios pós-emprego	(701)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(375)
Realização de ganhos atuariais	(8.744)
Em 31.12.2016	(915)

11.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos, baseado em orçamento de investimentos a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

11.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2016	31.12.2015
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%) - (1)		
Prejuízos acumulados	-	(4.656)
Lucro líquido do exercício	23.731	18.041
Base de cálculo para reserva legal	23.731	13.385
Reserva legal (5%)	(1.187)	(669)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	22.544	12.716
	6.763	3.815
Distribuição total proposta - (2) (3+5)	6.763	4.601
Juros sobre o capital próprio, brutos - (3)	-	4.601
Imposto de renda retido na fonte	-	(690)
Juros sobre o capital próprio, líquidos - (4)	-	3.911
Dividendos propostos - (5)	6.763	-
Distribuição total proposta, líquida - (6) (4+5)	6.763	3.911
Dividendo adicional proposto (7) (6-1)	-	96

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08 (R1) Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

12 Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep, Cofins e ISS	Receita líquida 31.12.2016
Fornecimento de energia elétrica	5.083	(470)	4.613
Suprimento de energia elétrica	1.748	(144)	1.604
Outras receitas operacionais	25	(4)	21
	6.856	(618)	6.238

13 Custos e despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2016	31.12.2015
Energia elétrica comprada para revenda	(9.119)	-	(9.119)	-
Pessoal e administradores (13.1)	(3.211)	(3.541)	(6.752)	(4.677)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 10)	(408)	(450)	(858)	(407)
Material	-	(40)	(40)	(8)
Serviços de terceiros (13.2)	(24)	(1.857)	(1.881)	(919)
Depreciação e amortização	-	(1)	(1)	-
Outros custos e despesas operacionais	(1)	(437)	(438)	(112)
	(12.763)	(6.326)	(19.089)	(6.123)

13.1 Pessoal e administradores

	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal		
Remunerações	3.538	1.984
Encargos sociais	1.092	644
Auxílio alimentação e educação	263	178
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	120	113
	5.013	2.919
Administradores		
Honorários	1.353	1.358
Encargos sociais	370	380
Outros gastos	16	20
	1.739	1.758
	6.752	4.677

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

13.2 Serviços de terceiros

	31.12.2016	31.12.2015
Consultoria e auditoria	507	110
Comunicação, processamento e transmissão de dados	401	426
Manutenção de instalações	385	32
Treinamento	120	111
Publicação legal	88	62
Outros serviços	380	178
	1.881	919

14 Resultado Financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.069	411
Outras receitas financeiras	114	39
	1.183	450
(-) Despesas financeiras		
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	1.249	1.044
Outras despesas financeiras	3	9
	1.252	1.053
Líquido	(69)	(603)

15 Instrumentos Financeiros

15.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	190.668	190.668	4.347	4.347
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			3.120	3.120	154	154
Total dos passivos financeiros			3.120	3.120	154	154

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

15.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia, por meio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

15.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

15.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2016						
Fornecedores	3.120	-	-	-	-	3.120
	3.120	-	-	-	-	3.120
31.12.2015						
Fornecedores	154	-	-	-	-	154
	154	-	-	-	-	154

15.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da CDI/Selic – 9,00%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2016	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	1.156	104	78	52

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Copel Comercialização S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de março de 2016, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de abril de 2017

/s/

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
RC nº 2 SP 011609/O-8 F-PR

/s/

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel COM, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 13 de abril de 2017

/s/

OSNI RISTOW

/s/

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

/s/

NELSON LEAL JUNIOR